



## Organização do trabalho pedagógico na Educação Infantil: um estudo exploratório nas unidades públicas de Delmiro Gouveia – AL

### *Organization of pedagogical work in preschool: an exploratory study in public units in Delmiro Gouveia – AL*

Barbara Pereira da Silva<sup>1</sup>  
Mayara Teles Viveiros de Lira<sup>2</sup>

#### **Resumo**

Este estudo reflete a Organização do Trabalho Pedagógico (OTP), o qual busca compreender a organização da prática pedagógica dentro da Educação Infantil através da prática pedagógica de professores; O estudo foi desenvolvido no âmbito do Curso de Licenciatura em Pedagogia como resultado para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da Universidade Federal de Alagoas Campus do Sertão e tem como objetivo compreender sobre a Organização do Trabalho Pedagógico de professoras que atuam na Educação Infantil com crianças de 4 e 5 anos na cidade de Delmiro Gouveia – Alagoas; Nesse contexto, a presente abordagem metodológica deste estudo se configura como qualitativa de natureza exploratória; Buscando, assim, compreender aspectos da rotina, planejamento, atividades, tempo-espaço, materiais e recursos, avaliação e outros elementos que integram a Organização do Trabalho Pedagógico, analisar as práticas das professoras na construção do desenvolvimento e aprendizagem de crianças, e portanto, colaborar para reflexão sobre a relação entre organização do trabalho pedagógico e aprendizagem; Destacando a relevância da Organização do Trabalho Pedagógico (OTP), tanto na prática pedagógica de professores quanto a sua influência no processo de aprendizado das crianças, que contribui para construção da aprendizagem de qualidade, evidenciando a importância de evitar práticas improvisadas e desorganizadas.

**Palavras-chave:** Organização do trabalho pedagógico. Educação infantil. Prática pedagógica.

#### **Abstract**

*This study reflects the Organization of Pedagogical Work (OTP), which seeks to understand the organization of pedagogical practice within Preschool through the pedagogical practice of teachers; The study was developed within the scope of the Degree Course in Pedagogy as a result of the Course Conclusion Work of the Federal University of Alagoas Campus do Sertão and aims to understand the Organization of Pedagogical Work of teachers who work in Preschool with children aged 4 and 5 in the city of Delmiro Gouveia - Alagoas; In this context, the present methodological approach of this study is configured as qualitative of an exploratory nature; Thus, seeking to understand aspects of routine, planning, activities, time-space, materials and resources, evaluation and other elements that integrate the Organization of Pedagogical Work, to analyze the practices of teachers in the construction of children's development and learning, and therefore, to collaborate for reflection on the relationship between organization of pedagogical work and learning; Highlighting the relevance of the Organization of Pedagogical Work (OTP), both in the pedagogical practice of teachers and its influence on the learning process of children, which contributes to the construction of quality learning, highlighting the importance of avoiding improvised and disorganized practices.*

**Keywords:** Organization of Pedagogical Work. Preschool. Pedagogical practice.

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas Campus do Sertão (UFAL/Sertão). E-mail: barbara.pereira@delmiro.ufal.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-4156-1071>.

<sup>2</sup> Professora do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas Campus do Sertão (UFAL/Sertão). Doutora e Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFAL). E-mail: mayara.teles@cedu.ufal.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3009-9166>.

## Introdução

Este estudo reflete a Organização do Trabalho Pedagógico (OTP), que se caracteriza pelo conjunto de ações planejadas e articuladas para promover a aprendizagem, a qual busca compreender a organização da prática pedagógica dentro da Educação Infantil que através da prática pedagógica de professores se apresentam pelas ações de articulação de elementos para promover o desenvolvimento integral das crianças. Tais elementos relacionam-se: com a sua formação, seu planejamento e sua organização da rotina, de atividades, de tempo-espço, de materiais e recursos, e da avaliação.

No contexto brasileiro, a legislação nacional assegura que as crianças tenham acesso às experiências educativas que contribuam para seu crescimento e desenvolvimento. Nessa seara, Piaget (2011), Vygotsky (2007) e Wallon (2007) trazem importantes contribuições, não somente às legislações, mas também para a compreensão do desenvolvimento infantil na Educação Infantil, através das teorias da psicologia do desenvolvimento trazendo fundamentações às práticas pedagógicas e curriculares desenvolvidas com as crianças na Educação Infantil no Brasil.

Diante disso, este estudo foi desenvolvido no âmbito do Curso de Licenciatura em Pedagogia como resultado de um estudo acadêmico para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da Universidade Federal de Alagoas Campus do Sertão e tem como objetivo compreender sobre a Organização do Trabalho Pedagógico de professoras que atuam na Educação Infantil com crianças de 4 e 5 anos na cidade de Delmiro Gouveia – Alagoas, debruçando-se sobre a seguinte questão: como é organizado o trabalho pedagógico dessas professoras para influenciar no processo de aprendizagem? Buscando, assim, compreender aspectos da rotina, planejamento, atividades, tempo-espço, materiais e recursos, avaliação e outros elementos que integram a Organização do Trabalho Pedagógico para o desenvolvimento e aprendizagem de crianças, analisar as práticas das professoras na construção do desenvolvimento e aprendizagem de crianças, e assim, colaborar para reflexão sobre a relação entre organização do trabalho pedagógico e aprendizagem.

A pesquisa se caracterizou como exploratória, utilizando-se de abordagem qualitativa para compreender a organização da prática pedagógica das professoras.

***Revista Cadernos de Estudos e Pesquisa na Educação Básica, Recife, v. 10, n. 1, 2024. ISSN: 2447-6943***

Este artigo está licenciado sob forma de uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a publicação original seja corretamente citada.

[https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)



Para isso, o estudo se sustenta em autores como Gil (2017), Henri Wallon (2007), Jean Piaget (2011), Lev Vygotsky (2007), Libâneo (1990; 1985), Lüdke e André (2018) e Veiga (2006), além de documentos legais como a Constituição Federal (1998), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN, 1996), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI, 1998), o Referencial Curricular de Alagoas (ReCAL, 2019), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2010), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1998) e o Plano Nacional de Educação (PNE, 2014-2024).

Portanto, este estudo se justifica pela importância da Educação Infantil para o desenvolvimento integral das crianças e pela necessidade de compreender como as professoras organizam sua prática pedagógica em Delmiro Gouveia – AL, oferecendo reflexões sobre a prática pedagógica.

## **Metodologia**

Para a condução de qualquer pesquisa, é fundamental estabelecer uma metodologia que norteie os caminhos da investigação. Nesse contexto, a presente abordagem metodológica deste estudo se configura como qualitativa e se justifica pela necessidade de aprofundar o conhecimento sobre o tema em questão. Nesse sentido, o percurso metodológico é de natureza exploratória, baseando-se em Gil (2017), o qual descreve ser um estudo que tende familiarizar o pesquisador com o objeto de investigação: a Organização do Trabalho Pedagógico (OTP) das professoras que atuam na Educação Infantil em Delmiro Gouveia – AL.

Diante desse contexto, o estudo iniciou a partir de uma revisão de literatura, buscando mapear o conhecimento já produzido (Gil, 2017). Essa etapa ocorreu em um período entre setembro e outubro de 2023 e consistiu na leitura analítica de fontes secundárias, tais como: livros, artigos, dissertações e teses, que forneceu o arcabouço teórico das contribuições, de pensamentos e das percepções de grandes autores da área, como: Gil (2017), Henri Wallon (2007), Jean Piaget (2011), Lev Vygotsky (2007), Libâneo (1990; 1985), Lüdke e André (2018), Veiga, 2006) e outros.



Além disto, uma análise documental sobre as leis e normativos foi necessária para aprofundar o conhecimento sobre o tema, com o intuito de contextualizar as principais normas, diretrizes e princípios que regulamentam a Educação Infantil, como o direito à Educação, a importância do brincar, entre outros. Desse modo, revisão de literatura e a análise documental foram realizadas para proporcionar uma investigação inicial e norteadora para o desenvolvimento da pesquisa.

O estudo se revela de âmbito educacional, composto por professoras<sup>3</sup> da Educação Infantil atuantes na rede municipal de ensino da zona urbana de Delmiro Gouveia – AL, dos Jardim I e II (crianças com idades entre 4 e 5 anos). Essa delimitação concentra-se em compreender a organização do trabalho pedagógico de professoras das últimas duas etapas da Educação Infantil (Jardim I e II) de 5 unidades públicas da rede municipal da cidade de Delmiro Gouveia – AL.

A coleta de dados foi realizada por meio de convite às professoras para participar da aplicação de formulários semiestruturados, contendo 20 perguntas, sendo 18 questões abertas e duas de múltiplas escolhas com o intuito de identificar a formação, especialização, organização da rotina, planejamento de atividades, tempo- espaço, materiais e recursos, brincadeiras, planejamento coletivo e individual, avaliação, e está estruturado em duas seções: 1) Formação e Trajetória Acadêmica Inicial (Graduação) e 2) Organização do Trabalho Pedagógico. Além disso, no formulário está presente três questões a mais de identificação das professoras, como o seu nome, a instituição que trabalham, a turma que lecionam e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Deste modo, os formulários foram disponibilizados em formato *online*, através da plataforma do *Google Forms* a fim de facilitar a participação das professoras, devido a disponibilidade. Os relatos das professoras através dos formulários foram submetidos a análise qualitativa e categorização, em que para Bardin (1977, p. 117), “as categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns desses elementos”, visando na melhor interpretação dos relatos.

---

<sup>3</sup> O uso do termo feminino se justifica pelo fato de os professores participantes serem exclusivamente mulheres.



## **O trabalho docente na educação infantil**

Propõe-se apresentar, nesta seção, o esboço teórico deste estudo, estruturado em três partes principais, a saber: Legislação brasileira sobre Educação Infantil; Contribuições de Piaget (2011), Vygotsky (2007) e Wallon (2007) para a Educação Infantil; Didática e a organização do trabalho pedagógico infantil.

### **Legislação brasileira sobre Educação Infantil**

Os principais normativos brasileiros sobre Educação Infantil exercem influência significativa na organização das instituições e na organização do trabalho pedagógico das professoras, os quais objetivam a promoção do desenvolvimento integral e aprendizagem das crianças. Como ponto de partida, temos a Carta Magna (1988), a principal lei do Brasil a qual determina que a Educação Infantil é um direito da criança e dever do Estado, que deve ser assegurada sua gratuidade nas creches e pré-escolas públicas (art. 208, IV). De forma complementar, o ECA (1990), que protege e promove os direitos das crianças e dos adolescentes, reforça esse direito à criança assegurando o atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos (art. 54, IV).

A LDBEN (1996), legislação brasileira responsável por estabelecer as normas e diretrizes gerais à organização e funcionamento do sistema educacional no país, desde o Ensino Básico ao Ensino Superior, define a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica, destinada a crianças de 0 a 5 anos, com o propósito de promover o desenvolvimento integral da criança, abrangendo aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais (art. 29), submetendo-se a avaliação por meio de acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, com a finalidade não promocional e nem quantitativa.

A LDBEN (1996) registra que a participação da família no processo educativo das crianças é crucial para o trabalho da escola, estabelecendo a educação como incumbência também da família (art. 2). Ademais, determina que os profissionais de educação devem possuir diploma de licenciatura em Pedagogia e apresentar títulos de mestrado ou doutorado nas referidas áreas. (art. 61, II).

***Revista Cadernos de Estudos e Pesquisa na Educação Básica, Recife, v. 10, n. 1, 2024. ISSN: 2447-6943***

Este artigo está licenciado sob forma de uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a publicação original seja corretamente citada.

[https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)



Já a BNCC (2017), referência à Educação Básica na elaboração de currículos e propostas pedagógicas, sugere à Educação Infantil as competências para aprendizagem e desenvolvimento das crianças assegurando seis direitos: de “conviver, de brincar, de participar, de explorar, de expressar e de conhecer-se” (p. 38), bem como, a promoção de campos de experiência para essa etapa de ensino, tais quais: 1) Eu, o outro e nós; 2) Corpo, gestos e movimentos; 3) Traços, sons, cores e formas; 4) Escuta, fala, pensamento e imaginação; 5) Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

A BNCC (2017) apresenta a ênfase no respeito às crianças como sujeitos de direitos e de desenvolvimento físico, socioemocional, cognitivo, linguístico e o cultural, que precisam da interação, experiências e participação ativa para seu desenvolvimento, sobretudo, a brincadeira, como forma de proporcionar a aprendizagem. Além destes, outros marcos relacionados à Educação Infantil são o RCNEI (1998), as DCNEI (2010) e os PCN (1998), que oferecem orientações acerca da estrutura curricular; das práticas pedagógicas; e da organização do tempo e espaço de aprendizagem.

O RCNEI (1998) foi instituído com o intuito de atender às especificidades do trabalho pedagógicos da Educação Infantil, além de ver a criança como o centro do processo educativo, reconhece-a como um sujeito ativo e assegura que as suas necessidades, interesses e experiências estejam presentes na organização do currículo. E que a brincadeira seja considerada um dos principais instrumentos de aprendizagem na Educação Infantil, reconhecendo como uma das formas de expressão da criança, de desenvolvimento da sua criatividade, de suas habilidades sociais e de sua capacidade de investigação. Dessa forma, é um documento que oferece orientações mais detalhadas sobre a estrutura de currículo da Educação Infantil, como as práticas pedagógicas, organização do espaço e do tempo, bem como sugestões de atividades, acessibilidade dos materiais, atividades adequadas para as diferentes faixas etárias e a importância da formação docente.

Além disso, considera-se importante citar que no estado de Alagoas há o Referencial Curricular de Alagoas – ReCAL (2019). Pautado no RCNEI (1998) e na BNCC (2017), ele apresenta diretrizes específicas para todo território alagoano, assim



como, incorpora elementos da cultura alagoana aos currículos, possibilitando a valorização da cultura local. Este documento também faz menção a avaliação da aprendizagem, ainda não citada aqui, considerando-a como um processo contínuo e acumulativo, que acompanha o desenvolvimento da criança muito mais do que uma avaliação de resultados.

As DCNEI (2010) apresentam um conjunto de estratégias específicas à Educação Infantil no país, que têm como objetivo articular as experiências e os conhecimentos das crianças com os saberes cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico. Elas também, assim como os outros normativos, destacam a importância do desenvolvimento integral e enfatizam a interação e brincadeira como uma forma fundamental de aprendizagem nessa faixa etária.

Enquanto os PCN (1998), com versões em 2006 e 2018, e destacado aqui pelos Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil - PNQEI (2006), tem o objetivo de estabelecer parâmetros de qualidade para a organização e funcionamento de creches e pré-escolas. É um documento que orienta a organização e o desenvolvimento do currículo, as práticas pedagógicas de professoras e a gestão das unidades de educação infantil, divididos em 3 volumes.

E por último, mas não menos importante, o PNE (2014-2024), plano nacional que apresenta diretrizes e metas para o decênio 2014-2024, tem diretrizes, metas e estratégias que visam a melhoria da qualidade da educação para todos os níveis de ensino, como a Educação Infantil. Para essa etapa fornece orientações para os planos decenais elaborados pelos municípios. Ele destaca a universalização da Educação Infantil para todas as crianças em idade pré-escolar, o aumento na oferta de vagas em creches e pré-escolas, formação adequada dos profissionais que trabalham nesta área, a melhoria nas estruturas físicas das instituições, no fornecimento de materiais pedagógicos e de práticas educativas específicas para crianças e muitos outros.

### **Contribuições de Piaget, Vygotsky e Wallon para a Educação Infantil**

Diante do exposto acerca dos marcos legais, percebe-se que no Brasil esse normativos em suas fundamentações, comumente, baseiam-se nas contribuições de

***Revista Cadernos de Estudos e Pesquisa na Educação Básica, Recife, v. 10, n. 1, 2024. ISSN: 2447-6943***

Este artigo está licenciado sob forma de uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a publicação original seja corretamente citada.

[https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)



Jean Piaget (2011), Lev Vygotsky (2007) e Henri Wallon (2007), destacados teóricos da psicologia do desenvolvimento infantil que influenciam significativamente os trabalhos pedagógicos da Educação Infantil até hoje, fornecendo princípios e diretrizes a partir de suas perspectivas teóricas.

Piaget (2011) enfatiza o desenvolvimento cognitivo, destacando a construção contínua do conhecimento por meio da interação ativa com o ambiente, passando por estágios sequenciais de desenvolvimento intelectual desde que nascemos até a fase adulta. Ele chama os estágios de desenvolvimento de estruturas variáveis que marcam o aparecimento do desenvolvimento construído pela criança.

Cada estágio é caracterizado pela aparição de estruturas originais, cuja construção se distingue dos estágios anteriores. O essencial dessas construções sucessivas permanece no decorrer dos estágios ulteriores, como subestruturas, sobre as quais se edificam as novas características. [...] Cada estágio constitui então, pelas estruturas que o definem, uma forma particular de equilíbrio, efetuando-se a evolução mental no sentido de uma equilibração sempre mais completa (Piaget, 2011, p. 5-6)

Piaget (2011) divide os estágios em quatro: 1) Estágio sensório-motor (o recém-nascido e o Lactente), período de 0 a 2 anos, que vai do nascimento até a aquisição da linguagem; 2) Estágio Pré-operacional ou simbólico (a primeira infância), período de 2 a 7 anos; 3) Estágio operatório-concreto (a infância), período dos 7 a 12 anos; E 4) Estágio operatório-formal (a adolescência), que compreende o período a partir dos 12 anos. Trazendo suas contribuições à educação, nota-se, por exemplo, que na Educação Infantil são organizados ambientes de aprendizagem de acordo com os estágios de desenvolvimento cognitivo da criança, organizadas em grupo de idades específicas com atividades direcionadas para essas determinadas idades, assegurando um processo gradual e contínuo, considerando importante o ajuste do ambiente para promover uma aprendizagem.

Em contrapartida, destaca-se a teoria de Lev S. Vygotsky sobre o desenvolvimento sociointeracionista. Para Vygotsky (2007), as crianças internalizam os símbolos da cultura em que vivem, impulsionadas pela interação com outras pessoas, especialmente com os mais experientes, desenvolvendo a linguagem, o pensamento abstrato e a sua capacidade de resolver problemas.

**Revista Cadernos de Estudos e Pesquisa na Educação Básica, Recife, v. 10, n. 1, 2024. ISSN: 2447-6943**

Este artigo está licenciado sob forma de uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a publicação original seja corretamente citada.

[https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)



Signos e palavras constituem para as crianças, primeiro e acima de tudo, um meio de contato social com outras pessoas. As funções cognitivas e comunicativas da linguagem tornam-se, então, a base de uma forma nova e superior de atividade nas crianças, distinguindo-as dos animais (Vygotsky, 2007, p. 18).

Desse modo, para explicar como a interação social pode promover o desenvolvimento, Vygotsky (2007) introduz o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) para nos dar uma visão mais adequada da relação entre aprendizado e desenvolvimento nas crianças. Ele define a ZDP como:

a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinada através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes (Vygotsky, 2007, p. 97).

Nesse contexto, ZDP emerge em um processo em que as funções psíquicas ainda não atingiram plena maturação, mas encontram-se próximas desse amadurecimento. Quando a criança atinge essa maturação, que ele chama de Nível de Desenvolvimento Real, é porque ela atingiu a capacidade de resolver atividades de maneira mais independente, utilizando funções já amadurecidas. Mas quando, por outro lado, para realizar uma atividade a criança ainda necessita de assistência de alguém mais experiente, que se compreende pela Zona de Desenvolvimento Potencial.

Dessa forma, a teoria de Vygotsky contribui à Educação a promoção de práticas que enfatizam a interação social, elementos culturais e a mediação do conhecimento. Na escola pode-se impulsionar esse conhecimento a partir das relações sociais, estímulo a liberdade de pensamento, a compreensão, a ação ativa, crítica e criativa das crianças.

Por último, considera-se a teoria de Henri Wallon sobre o desenvolvimento afetivo-emocional, que explora a relação entre a personalidade, a afetividade e a inteligência nas crianças, o qual também compreende o desenvolvimento infantil em estágios, no entanto, implica que o desenvolvimento não é um processo contínuo,



mas de transição, permeada por conflitos entre o antigo estágio e o novo, em que a cada estágio há uma reformulação do funcionamento mental, em vez de simplesmente amplificação/sequenciação (2011, p. 11), como sugere Piaget. Esses estágios são apresentados por Wallon (2007) como: 1) Estágio: Impulsivo-Emocional, que ocorre até o 1º ano de vida da criança; 2) Estágio: Sensorio-Motor e Projetivo, que compreende dos 1º ao 3º ano de vida; 3) Estágio: Personalismo, que vai do 3º ao 6º ano de vida da criança; 4) Estágio: Categorical, que começa no 6º ano até o 11º ano de vida; E 5) Estágio: Adolescência, que compreende o período a partir do 11º ano de vida.

Wallon (2007) destaca as emoções e a forma como as crianças lidam com as experiências, uma vez que a emoção e a atividade intelectual correspondem a dois níveis distintos, cada uma com suas características próprias, mas que interagem entre si.

É no campo das funções psicomotoras e psíquicas que ela costuma ser mais flexível, de modo que o conflito nunca será resolvido: é o caso da emoção e da atividade intelectual, que correspondem claramente a dois níveis distintos dos centros nervosos e a duas etapas sucessivas da evolução mental (Wallon, 2011, p. 11)

Portanto, a flexibilidade que o autor se refere é a contínua interação e tensão entre emoção e atividade intelectual que nunca é totalmente superada, pois ambos os elementos continuam a influenciar o comportamento e o desenvolvimento da criança. A teoria Walloniana contribui à educação por meio de uma visão completa da criança. O que reflete em uma abordagem para as escolas levando em consideração as emoções das crianças e a forma como elas lidam com as coisas e pessoas em que elas se relacionam, criando ambientes de aprendizado que permitam às crianças se sentirem à vontade para explorar, experimentar e interagir de forma ativa e participativa.

Destaca-se que as teorias de Piaget (2011), Vygotsky (2007) e Wallon (2007) apresentadas aqui oferecem perspectivas complementares sobre o desenvolvimento infantil. Embora seus estudos possuam em parte abordagens divergentes, como os estágios de Piaget (2011), a ênfase na interação social de Vygotsky (2007) e a



consideração às emoções por Wallon (2007), essas perspectivas se complementam e proporcionam contribuições para a Educação Infantil.

### **Didática e a Organização do Trabalho Pedagógico Infantil**

A educação é um processo necessário para a manutenção, existência e desenvolvimento da humanidade. Contudo, sabe-se que sua definição é tão variada, dada a tantas interpretações, que nesse contexto, destaca a concepção proposta por Charlot (2005, p. 76) de que “a educação é o processo pelo qual o pequeno animal que é gerado por homens se torna ele mesmo humano, apropriando-se de uma parte do patrimônio humano”. Diante desse contexto, considerando que uma parte desse patrimônio humano é compartilhado durante a escola, são os professores que assumem um papel-chave nesse processo, ao escolher elementos que fazem parte da organização do seu trabalho pedagógico para suas práticas no ato educativo.

Além disto, outro aspecto que tem influência no processo educativo é a relação professor, aluno e o contexto, a qual necessita constantemente de reflexões. Por isso se discute neste trabalho sobre a OTP no contexto infantil, dado que as influências educativas podem acontecer, conforme já exposto por Libâneo (1990, p. 17-18), ou de forma não intencional, que se refere às influências do contexto social e do ambiente em que indivíduos estão inseridos por meio de situações e/ou experiências, ou de forma intencional, que envolve práticas educacionais com objetivos e intenções claramente definidas no contexto educativo, que pode ser configurada quando o professor tem consciência dos objetivos e das tarefas que precisam ser desenvolvidas.

Nesse sentido, foquemos nas chamadas influências intencionais, que para Libâneo (1990) refere-se as ações didáticas na relação recíproca entre o aluno, o conteúdo e a mediação do professor, onde o professor escolhe os elementos que vão permitir o encontro do aluno com o conhecimento. E na Educação Infantil, ela se materializa quando o professor organiza o ambiente, planeja as atividades, prepara os materiais e recursos, avalia o processo de aprendizagem, tudo isso de forma intencional e reflexiva, visando o desenvolvimento integral das crianças.



Portanto, essa prática faz parte de um contexto o qual conforme explica Libâneo (1985, p.3) “tem atrás de si condicionantes sociopolíticos que configuram diferentes concepções do homem e de sociedade e, conseqüentemente, diferentes pressupostos sobre o papel da escola”, sendo assim, ela adota classificações, conhecidas por tendências pedagógicas, que funcionam como instrumento de análise para que o professor avalie sua conduta em sala de aula.

## **Discussões e resultados**

O propósito desta pesquisa baseia-se compreender sobre a Organização do Trabalho Pedagógico de professoras que atuam na Educação Infantil com crianças de 4 e 5 anos na cidade de Delmiro Gouveia – Alagoas, buscando perceber formação, especialização, planejamento de atividades, organização da rotina, do tempo-espço, disponibilidade dos materiais e recursos, organização das brincadeiras, planejamento coletivo e individual, avaliação entre outros.

Para alcançar o objetivo deste estudo, foi necessário realizar a coleta de dados por meio da aplicação de formulários semiestruturados direcionados às professoras participantes de cinco instituições da rede municipal. As quais foram: 1) Escola Municipal de Educação Infantil Prefeito Rosalvo José de Souza; 2) Escola Municipal de Educação Básica Eliseu Norberto; 3) Escola Municipal de Educação Infantil Casinha Feliz e sua Extensão na antiga Escola Maçom Sebastião Cordeiro; 4) Escola Municipal de Educação Básica Eudócia Vanderlei Sandes; 5) Centro Municipal de Educação Infantil Professora Maria Pinto de Oliveira.

Ao longo de todo o processo de pesquisa, foi mantida comunicação com as instituições participantes, sendo o primeiro encontro presencial realizado em outubro de 2023 em cada uma das 5 instituições para o levantamento de informações, permissão e esclarecimento da pesquisa, enquanto posteriormente entre fevereiro e abril de 2024 o contato foi estabelecido por meio de plataformas online, sendo de março a abril de 2024 para participação da pesquisa, uma vez que aguardou o retorno do ano letivo de rede municipal de Delmiro que estava em férias escolares em Janeiro de 2024.



Assim, os formulários foram disponibilizados de maneira *online* e enviados aos gestores das instituições com o objetivo de serem repassados às professoras, assim como, disponibilizados diretamente às mesmas a fim otimizar a coleta de dados e facilitar a participação. Embora houvesse uma expectativa de participação de até 12 professoras, este estudo contou com o retorno de 8 participantes, sendo uma quantidade considerável para prosseguir com a pesquisa. Considera-se o fato de estar no início do ano letivo, em que suas disponibilidades para encontros presenciais ou participação se mostraram um desafio.

Os relatos das professoras obtidos através dos formulários foram submetidos a categorização a partir dos pressupostos da Análise de Conteúdo de Bardin (1977) e conforme os objetivos da pesquisa, foram então divididos em: 1) Identificação; 2) Formação e Trajetória acadêmica inicial (Graduação) e 3) Organização do trabalho pedagógico, culminando em seguida para as discussões.

Dessa forma, este estudo contou com a presença de professoras majoritariamente do Jardim II em comparação com as do Jardim I, provenientes de três escolas públicas. Uma vez que os relatos constam a ausência de professoras das EMEI Prefeito Rosalvo José de Souza e Casinha Feliz. Embora as razões para tal não tenham sido apuradas, diversos fatores podem ter contribuído, como a indisponibilidade das professoras no início do ano letivo.

Em relação aos elementos da 2ª categoria: Formação e Trajetória acadêmica inicial (Graduação), para compreender as experiências que moldam a organização e influenciam a prática pedagógica das professoras, os relatos mostraram que a maioria das professoras é formada em Pedagogia, com algumas tendo formação em outras áreas. Este resultado é significativo, pois evidencia neste estudo a predominância de professoras com uma formação que compreende, analisa e oferece subsídios para o contexto e as práticas da Educação Infantil, uma vez que formações em outras áreas distintas, em geral, podem incorporar elementos e conhecimentos que nem sempre podem se aplicar diretamente à prática pedagógica na Educação Infantil. Contudo, apresentaram ter especializações em áreas relevantes para a Educação Infantil, como Educação Especial, Alfabetização e Letramento ou Psicopedagogia, o que pode inferir



uma preocupação das professoras em qualificar sua formação e prática docente na área em que atuam.

Além disso, suas motivações para ingressar na Educação Infantil incluem a afinidade, a necessidade da gestão em alocar na Educação Infantil, a influência da formação na graduação, como a vivência no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), ou o desejo de contribuir para a transformação social pela Educação. A grande parte das professoras também relataram que participam de formações, capacitações e cursos ofertados pela escola onde trabalham ou pela Secretária Municipal de Educação (SEMED), enquanto outras não participam, o que é preocupante, uma vez que a Educação é dinâmica e está em transformação.

No que diz respeito à categoria 3: Organização do trabalho pedagógico, os relatos apresentaram que as professoras compartilham de uma organização em comum, construindo um trabalho rotineiro e estruturado, com elementos que se repetem diariamente e ao longo das semanas. Entre esses elementos, podemos destacar o acolhimento, a oração, a musicalização, os diálogos sobre o clima/que dia é hoje, a contação de histórias, momentos para lanche e brincadeiras, entre outros. Em suas atividades, as professoras consideram as brincadeiras como a ferramenta mais importante durante as atividades desenvolvidas. Além disso, elas são planejadas para serem individuais ou em grupo e visam o desenvolvimento social, motor e cognitivo das crianças. As professoras também adaptam a rotina para atender às necessidades das crianças.

Enquanto aos materiais e recursos utilizados nas atividades, os relatos mostram que são organizados previamente pelas professoras, geralmente em casa. Sendo a origem dos materiais e a elaboração podendo ser desde a reciclagem ou a ideias retiradas da internet, Já a avaliação, esta é realizada de forma contínua e qualitativa, onde a observação das crianças é a principal ferramenta, a qual proporcionar perceber suas interações, participações, avanços e dificuldades.

Ademais, as professoras relataram o uso diversas atividades lúdicas, como "Jogo das formas e cores", "pareamento de letras e números", "quebra-cabeça", "bingo de letras e números" e muitos outros, inclusive, os momentos de conflitos entre



as crianças são utilizados como estratégias de comunicação e mediação para lidar com os conflitos entre as crianças e incentivar uma nova aprendizagem.

Na questão dos Horários de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC) e Individual (HTPI) nas escolas das professoras, o HTPC é destinado à organização de atividades entre os professores e a equipe pedagógica, enquanto o HTPI é individual e destinado ao planejamento das atividades das professoras, em que geralmente o HTPC ocorre de forma quinzenal ou semanal e o HTPI semanalmente. As escolas geralmente oferecem um espaço físico adequado para esses horários e a disponibilidade de materiais e recursos varia de acordo com a escola, algumas professoras relataram ter recursos suficientes, enquanto outras não. Na questão das pautas, no HTPC geralmente se relacionam à rotina da escola e às demandas da Secretaria Municipal de Educação, enquanto as pautas do HTPI se concentram no planejamento individual da semana e das atividades. Sendo que possuem autonomia para decidir o que será discutido no HTPC e HTPI.

Já o planejamento Anual, este é realizado durante as jornadas pedagógicas ou na elaboração do plano de ação anual. A maioria das professoras são consultadas e possuem autonomia para organizar seus próprios planejamentos. No entanto, há relatos de que a participação ou consulta dos professores no planejamento anual da escola só ocorre após a organização da SEMED. Por fim, sobre a concepção pedagógica que se tem sobre suas práticas, algumas professoras dizem ser direcionadas para a visão progressista, enquanto outras não se limitam a uma única visão. No geral, os relatos apresentaram que professoras buscam flexibilizar elementos de diferentes correntes de pensamento em suas práticas para oferecer uma aprendizagem de acordo com sua realidade.

### **Considerações finais**

Ao longo deste estudo, destaca-se a relevância da Organização do Trabalho Pedagógico (OTP) nas últimas duas etapas da Educação Infantil (Jardim I e II), tanto com a organização da prática pedagógica de professores quanto sua influência no processo de aprendizado das crianças. Fundamentado nos principais normativos brasileiros, nas contribuições de teorias sociointeracionistas à Educação Infantil e

***Revista Cadernos de Estudos e Pesquisa na Educação Básica, Recife, v. 10, n. 1, 2024. ISSN: 2447-6943***

Este artigo está licenciado sob forma de uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a publicação original seja corretamente citada.

[https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)



conceitos relacionados à didática, o estudo enfatiza a necessidade de um planejamento e organização de diversos elementos da prática de um professor, como a rotina, as atividades e a avaliação. Essa organização planejada, por sua vez, contribui para construção da aprendizagem de qualidade, evidenciando a importância de evitar práticas improvisadas e desorganizadas.

Este estudo, de natureza exploratória, possibilitou um panorama abrangente da OTP de professoras da rede municipal da cidade de Delmiro Gouveia – AL, como a rotina, atividades, recursos e materiais, planejamento, avaliação, entre outros. Com efeito, através dos relatos, foi possível observar que as práticas pedagógicas estão adequadas às etapas que lecionam, percebendo inclusive práticas comuns entre as professoras, mesmo que em diferentes escolas. Um exemplo disso é o estabelecimento de rotinas e atividades lúdicas citadas no estudo. Elas são estruturadas e adaptadas às necessidades das crianças e possuem elementos que se repetem diariamente, como musicalização, contação de histórias, bingo das letras e números, e as brincadeiras, sendo estas uma ferramenta fundamental nas atividades, conforme asseguram legislações e teorias da educação.

Essa observação e outras presentes no estudo corroboram para a importância da OTP de professoras, visto que criam ações planejadas e organizadas que ajudam na promoção do desenvolvimento infantil na Educação Infantil.

Afora isto, as dificuldades encontradas, como a baixa participação de professoras, possivelmente devido ao início do ano letivo, e a falta de detalhamento em alguns relatos que dificultaram a interpretação precisa. Esses dois pontos levam aos limites deste estudo, pois a ausência de participação de algumas professoras impede a obtenção de conclusões mais abrangentes sobre as práticas em toda a rede municipal de Delmiro Gouveia - AL. Da mesma forma, a falta de descrição e exemplos em alguns relatos impossibilita compreensão de algumas práticas.

No entanto, o estudo atingiu seu objetivo ao compreender uma organização pedagógica significativa para a Educação Infantil, com pontos positivos como a formação das professoras na área, a utilização de atividades e brincadeiras adequadas à faixa etária e a realização de avaliações formativas através da observação das crianças.



Em suma, o encerramento deste trabalho contribui para a reflexão sobre a organização do trabalho pedagógico na Educação Infantil de Delmiro Gouveia – AL. Além disso, abre caminho para futuras pesquisas que explorem a relação entre as práticas pedagógicas implementadas e o desempenho das crianças na aprendizagem.

## Referências

ALAGOAS. Secretaria de Estado da Educação. **Referencial Curricular de Alagoas para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental**. Maceió: SEC-AL, 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf).

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 7. ed. – Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2023b. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/642419>.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o **Estatuto da Criança e do Adolescente** e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm).

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o **Plano Nacional de Educação** (PNE) e dá outras exceções. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/20204>.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2017. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, DF, 2010. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares\\_2012.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf).

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília, DF, 1998. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei\\_vol1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf).

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Infantil**. Brasília, DF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>.

*Revista Cadernos de Estudos e Pesquisa na Educação Básica, Recife, v. 10, n. 1, 2024. ISSN: 2447-6943*

Este artigo está licenciado sob forma de uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a publicação original seja corretamente citada.

[https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)



CHARLOT, B. **Enquanto houver professores**. Os universais da situação de ensino. Relação com o saber, formação de professores e globalização. Porto Alegre: Artmed, 2005, p.75-87

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública**. Uma pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1990.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. Rio de Janeiro, EPU, 2018.

PIAGET, Jean. **Seis estudos de psicologia**. 25<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7<sup>a</sup>.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WALLON, Henri. **A evolução psicológica da criança**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

